

“REFLEXOS DISTORCIDOS NO ESPELHO DE PRÓSPERO”*

HEGEMONIA E IDENTIDADE SUPRANACIONAL NAS RELAÇÕES ENTRE EUA E AMÉRICA LATINA, DAS INDEPENDÊNCIAS ÀS VÉSPERAS DAS GUERRAS MUNDIAIS

Rodrigo Medina Zagni**

Resumo: O artigo tem como objetivo demonstrar, na perspectiva da longa duração, nexos estruturais de sentido entre identidade e hegemonia nas relações entre EUA e América Latina, respectivamente entre mentalidades latino-americanas e a política externa dos EUA. Buscando essas relações no período formativo do que se pode denominar como hegemonia estadunidense, constitui nosso *locus* temporal o período que vai das independências até as vésperas das guerras mundiais.

Palavras-chave: América Latina; EUA; identidade; hegemonia.

Abstract: The article has as objective to demonstrate, in the perspective of the long duration, structural nexuses of felt between identity and hegemony in the relations between USA and Latin America, respectively between Latin-American mentalities and the USA foreign policies. Searching these relations in the formative period of what we can call United States hegemony, constitutes our temporal *locus* the period that goes of independences until the eves of the world-wide wars.

Key-words: Latin America; USA; identity; hegemony.

* A alegoria do “Espelho de Próspero” é de origem shakespeareana, mais especificamente consta do romance “A Tempestade”, considerada a última peça de William Shakespeare (1564-1616), escrita desde 1610 e terminada em 1613 (utilizamos a edição em português da Editora Brasiliense, de 1965). A relação entre o romance e as questões de identidade superestrutural latino-americanas foi feita já por diversos autores; mas “O Espelho de Próspero” dá título ao livro de Richard Morse (1922-2001), publicado em 1988: “O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas” (utilizamos a edição em português da Companhia das Letras, de 1995), da qual citamos literalmente: “Há dois séculos um espelho norte-americano tem sido mostrado agressivamente no Sul, com conseqüências inquietantes. Talvez seja hora de virar esse espelho”. Na metáfora entendemos no espelho a imagem arquetípica do Novo Mundo, deificado em Ariel, ente supremo em pureza e magia, tentando afirmar-se como reflexo, ato de busca identitária para Caliban, sua dimensão autóctone humana. Entendemos Caliban como a dimensão terrena de Ariel, mas não cabe aqui discutir a essência do romance senão identificar que mãos seguram e mostram o espelho, impondo àquele que busca por sua identidade um reflexo.

** Historiador graduado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; doutorando em Práticas Políticas e Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da USP; e professor do Centro de Ciências Humanas, Sociais, Artes e Educação da Universidade Cruzeiro do Sul.

Introdução:

Não há como analisar a história da América Latina¹ e de suas tentativas de integração dissociando-a da história dos EUA. De fato desde a libertação dos laços coloniais que os prendiam à Inglaterra e acentuadamente após sua Guerra Civil, desenharam-se as relações internacionais estadunidenses para com a América Latina, primeiro como bastião da liberdade das colônias americanas em relações às metrópoles européias, posteriormente como a própria “América Européia”² no processo que levaria ao estabelecendo de sua hegemonia.

Analisaremos as relações entre EUA e América Latina mapeando a condição identitária latino-americana de um lado e as políticas externas estadunidenses para a América Latina de outro, buscando dar conta de um aspecto fundamental nas relações interamericanas e que escapa de reflexões mais profundas no âmbito das Relações Internacionais.

Recorreremos aos debates de Simón Bolívar³ (1783-1830), José Martí (1853-1895) e Domingo Faustino Sarmiento⁴ (1811-1888) sobre a constituição da identidade latino-americana até a crítica ao utilitarismo no argumento de José Henrique Rodó⁵ (1872-1917), relacionando a questão identitária com a política externa dos EUA, uma vez que a

¹ Se entendermos a América Latina como o conjunto dos países do continente americano cujos idiomas derivam do latim, como o espanhol, português e francês, estamos tratando de quase toda a América do Sul (excetuando os países de língua germânica: Guiana e Suriname), Central (com exceção de Belize), incluindo Cuba, Haiti e República Dominicana no Mar do Caribe, e na América do Norte o México, apesar de Québec ter sofrido colonização francesa e os Estados do sudoeste dos EUA colonização espanhola, bem como o Estado da Louisiana francesa, enquanto o restante do território canadense e estadunidense tiveram colonização anglo-saxônica. Desta forma, quando falamos em América Latina referimo-nos a um conjunto de 20 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

² Termo cunhado pelo poeta e pensador José Julian Martí (1853-1895), mártir da independência de Cuba, em sua obra máxima “Nuestra America”, publicada em janeiro de 1891 no periódico mexicano *El Partido Liberal* (utilizamos a edição em português: *Nossa América*: (antologia). São Paulo: Hucitec, 1983).

³ O militar venezuelano Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar Palacios y Blanco liderou, de 1813 (quando comandou a invasão à Venezuela) a 1826 (quando convocou o Congresso do Panamá) o processo revolucionário que levou à independência de vários territórios da América Espanhola. Utilizaremos neste estudo a célebre “Carta da Jamaica” de 1815, onde Bolívar manifestou claro desejo de construir uma confederação hispano-americana incorporando as regiões que anteriormente pertenciam ao Império Espanhol, com base num passado histórico comum, instituições, na religião católica, e no espanhol como língua dominante (utilizamos a edição em espanhol *Tres documentos de nuestra América*. Colección Pensamiento de nuestra América. Ciudad de la Habana: Casa de las Américas, 1979).

⁴ Um dos maiores expoentes do Romantismo argentino, o escritor da chamada “Geração de 1837” teve uma carreira política de extremo sucesso: foi governador de San Juan (sua província natal), embaixador da Argentina nos EUA e presidente da Argentina entre 1868 e 1874. Utilizamos a obra “Facundo o Civilización y Barbárie”, publicada em 1845 (utilizamos a edição em espanhol *Facundo civilizacion i barbarie en las pampas Argentinas*. Paris: Hachette, 1874), onde a partir da biografia do caudilho argentino Facundo Quiroga, ao qual é ardentemente opositor, empreendeu um profundo estudo do fenômeno do Caudilhismo.

⁵ O escritor uruguaio chamava os povos ibero-americanos à defesa da herança cultural hispânica perante o utilitarismo e imperialismo norte-americano. Utilizaremos sua obra “Ariel” – alegoria, como vimos, de origem shakespeariana -, escrita em 1900, onde enuncia uma espécie de programa deste movimento (utilizamos a edição em espanhol: *Ariel*. Montevideo: Colombino Hnos., 1947).

hegemonia política e o imperialismo cultural estadunidense constituem um processo de longa duração, ainda inacabado, e que se consolidou no epicentro da Segunda Guerra Mundial, determinando uma nova configuração nas relações entre os países da América Latina com o mundo em guerra, mediadas pelos EUA. Nosso objeto é portanto o período formativo deste processo.

Determinando suas origens históricas no embate entre mentalidades e políticas nas relações internacionais, podemos efetivamente lançar luzes sobre as transformações das relações interamericanas, possibilitando a compreensão de sua configuração posterior.

Desenvolvimento:

Para o intelectual argentino Nestor Garcia Canclini⁶ (1939-)

os países latino-americanos são atualmente resultado da sedimentação, justaposição e entrecruzamento de tradições indígenas (sobretudo nas áreas mesoamericana e andina), do hispanismo colonial católico e das ações políticas educativas e comunicacionais modernas.⁷

Ocorre que a produção intelectual latino-americana, que pensou questões identitárias do séc. XIX ao XX – período de ocorrência do tema na literatura -, não se pensava identitariamente desta forma, ou seja, como um nexo de múltiplos sentidos ou um nó civilizacional, fruto de hibridismos e da transculturalidade.

A transculturação é definida pelo antropólogo polaco Bronislaw Kasper Malinowski⁸ (1884-1942) como o processo transitivo em que duas culturas em contato produzem uma nova cultura, implicando aí não na simples aquisição de uma cultura subalterna mas no próprio desenraizamento daquela que a adquire, modificando a ambas⁹. Apesar de ter pautado as relações interamericanas, não é observado como fenômeno decorrente do contato entre EUA e América Latina durante o período por nós analisado.

A hegemonia dos EUA, artífice de um modelo cultural hegemônico, é compreendida por nós na concepção gramsciana como a fundamentação da continuidade de um capital cultural moderno difundido como estrutura social, como a garantia de perpetuação desse capital e sua apropriação desigual.

Conforme entendido pela literatura pesquisada, na relação entre identidade e hegemonia, do binômio “dominante/dominado” nada mais restava a não ser o assédio e a

⁶ Professor e pesquisador da “Universidad Nacional Autónoma de México”, “Unidad Iztapalapa”, onde dirige o “Programa de Estudios sobre Cultura”.

⁷ CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997, P. 73.

⁸ Considerado o fundador da escola funcionalista ou da antropologia social, lecionou na London School of Economics, além das universidades de Londres, Cornell, Harvard e Yale.

⁹ Texto introdutório ao livro do ensaísta e etnomusicologista cubano ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Havana: Jesus Montero Editor, 1940, p. 142; citado por IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 106.

resistência, restringindo as zonas de contato nas relações entre EUA e América Latina - como o campo da política externa e da literatura por exemplo (os campos que aqui serão analisados) - a meras zonas de conflito, onde um vence e outro é vencido e o vencedor segue inalterado.

O sociólogo brasileiro Octavio Ianni¹⁰ (1926-2004) definiu as possibilidades da transculturação exatamente no âmbito das relações de poder, portanto em condições de assimetria:

A transculturação pode ser o resultado da conquista e dominação, mas também da interdependência e acomodação, sempre compreendendo tensões, mutilações e transfigurações.¹¹

As identidades construídas socialmente incorporaram em larga medida o conflito na mesma medida em que incorporaram características mútuas; mas no campo de suas idealizações o conflito se radicalizou na mesma medida em que as trocas culturais foram dissolvidas e ignoradas.

A capacidade exclusivamente humana de atribuir sentidos e significados as suas ações, materiais ou imateriais, de objetivar no tridimensional ou no ritual sua condição subjetiva, campo de materialização também de identidades socialmente construídas, foi catapultada no âmbito superestrutural onde se construiu, para o continente recém-liberto do jugo europeu, dois extremos identitários, decorrentes ambos da necessidade de negar a identidade imposta pela colonização. Mediadas pela transculturalidade, hibridismos e conflitos, essas identidades manifestaram matizes e gradações das tradições indígenas pré-hispânicas à incorporação do *mudus vivendi yankee*, produto da estupefação diante do Colosso do Norte e seus atributos modernos; propostas como modelos identitários para todo o continente.

A discussão em torno da identidade latino-americana foi proposta inicialmente, de forma mais consistente, por Simon Bolívar na “Carta da Jamaica”, de 6 de setembro de 1815, influenciando todo o discurso americanista posterior, tanto do escritor argentino Domingo Faustino Sarmiento como do poeta cubano José Martí, cujas reflexões serão aqui objetos de análise.

Para Bolívar a identidade hispano-americana se sintetizaria como

. . . un pequeño género humano, posemos [os latino-americanos] un mundo aparte, no somos ni índios ni europeos, sino una especie media entre los propietarios del pais y los usurpadores españoles.¹²

¹⁰ Foi professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Estadual de Campinas.

¹¹ IANNI, Octavio. Op. Cit. p. 107.

¹² BOLÍVAR, Simón. Carta da Jamaica. In: *Tres documentos de nuestra América* (Colección Pensamiento de nuestra América). Ciudad de la Habana: Casa de las Américas, 1979, p. 80.

Sarmiento retoma essa mesma temática criticando o governo de Juan Manoel Rosas¹³ (1793-1877) em Buenos Aires (crítica que lhe custou o exílio no Chile durante a década de 1840), em relação às “políticas de branqueamento” que empreendeu por meio da imigração de alemães, ingleses, bascos, italianos e espanhóis, aos quais caberia “purificar” sua população original (que foi de fato reduzida drasticamente em praticamente todo o território argentino).

O escritor ainda apontou para uma fundamental distinção entre brancos descendentes de espanhóis e mestiços, identificando-os como federalistas e unitários em disputa na esfera política, concluindo que o embate era de fato social, entre cidadãos e camponeses em sua concepção de civilização & barbárie.

Seu lema “civilização ou barbárie” acabou se tornando o paradigma re-orientador da sociedade moderna argentina. O indígena e o mestiço, incultos, seriam também entraves ao progresso, protagonizado pelos *criollos*, o que se tornou o ideário da educação liberal, fundada por ele. Haveriam habitantes melhores e piores segundo o critério das raças, e para Sarmiento não estavam aí incluídos os habitantes originários do país.

Sarmiento também mencionou um “Estado americano” desejoso em sustentar seus direitos e vislumbrar sua força como unidade suprema caso se opusesse à Europa; agigantando-se assim a identidade frente a um inimigo comum. Mas não era a identidade indígena, mas a de uma elite *criolla*, civilizada, de modos refinados.

A escola faria a transformação da sociedade, da barbárie conduzida à civilização, anulando a identidade indígena na mesma medida que negando a europeia. Contudo, a identidade proposta favorecia aquilo que negava, na medida em que o *criollo* só era considerado civilizado pelas correspondências possíveis à idéia de civilização ocidental, eurocentrista.

Canclini, citando Graciela Batallán e Raúl Díaz, afirma que na escola “sarmiento” o papel da educação na construção identitária, no sentido de anular a identidade indígena foi fundamental.

. . . a ritualidade cotidiana, a disciplina escolar e sua linguagem peculiar colaboraram nessa tarefa: quando a ordem é transgredida, os professores costumam dizer que na escola “não devemos nos comportar como selvagens”; para passar do pátio do recreio para a sala de aula alega-se que “acabou a hora dos índios”.¹⁴

Este projeto social e escolar teve equivalentes em outros países latino-americanos.

Martí aprofundou a discussão sobre a identidade latino-americana afirmando que só governaria a América aquele que conhecesse a fundo a constituição de seu povo, descartando assim qualquer governo, estadista ou interesse estrangeiro. As instituições nacionais deveriam “nascer” em seu próprio país, atendendo às necessidades específicas de seus nativos. Nesse contexto o latino-americano aparece no conjunto de sua obra como

¹³ O militar e político argentino Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rozas y López de Osornio governou a província de Buenos Aires de 1829 a 1832.

¹⁴ Op. Cit. p. 165.

o “homem natural”, o “mestiço autóctone” que venceu o “crioulo exótico” na formação de uma identidade supranacional.

O poeta via, desta forma, com esperança o nascimento de um “novo homem americano”, que criaria suas soluções a partir das necessidades circunscritas a sua realidade, abissalmente distante das necessidades européias, impostas pela tentativa secular de aculturação cerrada pela mão colonizadora e incorporadas ao *modus vivendi* pelo colonizado.

Da mesma forma que a defesa da existência de uma identidade supranacional está presente em ambos os discursos - de forma tributária a Bolívar -, a frustração da idealizada unidade política para a América liberta também se apresenta nos textos analisados – também uma referência a Bolívar.

A realidade da degeneração da almejada unidade com a regressão da América Espanhola a circunscrições menores e desagregadas tornaram-nas, desta forma, suscetíveis tanto à ascensão de tiranos locais como à manipulação de seus governos por parte dos EUA.

Bolívar já identificava na América (circunscrita aos limites políticos da “Grande Colômbia”¹⁵) uma gritante unidade: lingüística, religiosa e étnica. Por si só estes fatores seriam suficientes para confederar diferentes Estados, fazendo-os gravitar na órbita de um governo único. Por outro lado, conflitos de interesse de grupos dominantes locais e oposições diversas dividiram a América, determinando a degeneração do ideal bolivariano após a libertação, a descentralização política e assim a falência da tão almejada unidade.

A degeneração do ideal bolivariano aparece na leitura que Sarmiento empreendeu da “Carta da Jamaica” a partir do contexto argentino sob o jugo de Rosas, onde a idéia de unidade proposta por Bolívar viu-se inviável logo após a independência com a fragmentação do Prata em 1816, dando origem na Argentina a uma estrutura de divisão política extremamente regionalizada, com razoável autonomia política, tendendo mais à desagregação do que à centralização. Como consequência, já em 1825 a idéia de unidade política era inviável, viabilizando a ascensão de caudilhos pela ação militar conquistadora de líderes locais como Juan Facundo Quiroga em La Rioja; Estanislau Lopes em Santa Fé, e Juan Manoel Rosas em Buenos Aires. A unificação Argentina, pode-se dizer, se deu pela ascensão militar de uma região submetendo as demais e não a partir dos pressupostos unitários bolivarianos.

Mas é em Martí que o conceito de “*Nuestra América*” se desenha com linhas mais nítidas, identificando com a desagregação da almejada unidade um novo inimigo comum ao pensamento de uma América una: a ameaça imperialista estrangeira representada pelos EUA.

Conclamava a articulação de políticas de resistência à dominação norte-americana por meio da união ante a mesma “trincheira de idéias”. Para isso insistia em uma busca ao

¹⁵ A Grã-Colômbia foi proclamada por Bolívar no Congresso Revolucionário de Angostura em 1819 e englobava em seus territórios: Venezuela, Equador e Panamá, além da antiga Nova Granada. Teve duração efêmera, fragmentando-se em 1830 (mesmo ano da morte de seu criador) em três Estados: Venezuela, Equador e Colômbia, à qual se integrava o Panamá. Seus esforços no sentido de unir o Peru e a Bolívia foram infrutíferos diante da resistência oposta pelo profundo regionalismo daquelas sociedades.

passado, com a finalidade de determinar as raízes históricas da formação de uma identidade alcançada para o poeta nas lutas de independência. As diferenças regionais deveriam ser superadas pois um gigantesco inimigo “articulava suas garras”. Os EUA pairavam sobre a América Latina como uma nação, nos dizeres de Martí, que “engole mundos”.

Podemos afirmar que a gênese da hegemonia política estadunidense para a América Latina foi resultado inicialmente da frustração desse ideal de unidade, seguida pela desagregação do território e sua redução em unidades autárquicas suscetíveis a interesses locais, de segmentos sociais dominantes facilmente corruptíveis pelos interesses estrangeiros: o imperialismo europeu e a ascensão dos EUA.

Comumente o discurso “antiamericano” utiliza a doutrina Monroe, enunciada pelo presidente dos EUA, James Monroe¹⁶ (1758-1831); para apontar o início de um imperialismo estadunidense.

Contudo a doutrina que deu luz a *slogans* de uma espécie de “fatalismo geográfico” é interpretada via de regra anacronicamente. “A América para os americanos”, defendida por James Monroe no discurso que dirigiu ao Congresso no dia 2 de dezembro de 1823¹⁷, teve uma variação de leituras, nem todas acertadas.

O que não se discute são seus três pilares fundacionais: a não criação de novas colônias européias nas Américas; a não intervenção estrangeira nos assuntos internos dos países americanos; e a não intervenção dos EUA em conflitos relacionados aos países europeus.

A doutrina estabelecia firmemente a posição dos EUA contra o colonialismo europeu, fundamentalmente contra a Santa Aliança¹⁸ e a própria Grã-Bretanha, dando continuidade a uma política isolacionista em relação ao Velho Mundo presente já como traço característico das políticas fundacionais dos EUA, em George Washington¹⁹ (1732-1799) e em Thomas Jefferson²⁰ (1743-1826).

Não se pode dissociar a doutrina da própria experiência colonial dos EUA e sua luta pela independência, devendo ser compreendida, nesse primeiro período, como tributo direto aos fundadores de sua Constituição, da herança sangrenta do colonialismo e da

¹⁶ Exerceu dois mandatos presidências consecutivos, o primeiro de 1817 a 1820 e o segundo até 1825.

¹⁷ Do discurso ficou célebre a seguinte passagem: “Julgamos propícia esta ocasião para afirmar, como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência européia”.

¹⁸ Formada inicialmente por Áustria, Rússia e Prússia, funcionou como uma espécie de organismo internacional, vigente a partir do Concerto Europeu promulgado no Congresso de Viena, em 1815, em decorrência da derrota do Império Francês nas Guerras Napoleônicas, vigorando até as revoluções de 1848, que varreram a Europa num vendaval revolucionário que trouxe o movimento restaurador, dado o seu grau de comprometimento com os ideais do decadente *Ancièn Regime*.

¹⁹ O primeiro Presidente dos EUA exerceu mandato de 1789 a 1797. Sobre sua concepção isolacionista convém citar seu discurso de despedida como presidente dos EUA, proferido em 17 de setembro de 1796: “a Europa tinha um conjunto de interesses elementares sem relação com os nossos ou senão muito remotamente”.

²⁰ O terceiro presidente dos EUA exerceu mandato de 1801 a 1809. Sua afirmação de que “a América tem um hemisfério para si mesma” pode corresponder tanto ao continente como aos próprios EUA.

influência que os textos de filosofia política iluminista do século XVIII exerceram sobre ela.

A defesa que se deu inicialmente num âmbito meramente moral, dada a insuficiência do poder militar e econômico dos EUA à época, permitiu-lhes dar continuidade ao processo, já em curso, de dilatação de suas fronteiras rumo ao Oeste, auxiliados pela Grã-Bretanha que tinha interesses comerciais em frustrar as tentativas europeias de recolonização da América.

Desta forma a defesa da América coube aos próprios americanos, não aos norte-americanos, quando o território do Prata foi invadido por franceses de 1838 a 1839 e de 1845 a 1849 mais uma vez por franceses, desta vez ajudados por ingleses.

Portanto a doutrina Monroe inscreveu-se dos primeiros processos de emancipação política até a guerra civil americana (1861-1865), não num sentido expansionista como erroneamente vem sendo interpretada, mas como desdobramento ainda de uma política de perfil isolacionista.

Pensando-se no movimento estadunidense, no século XIX, a direção foi portanto interna, tendo apontadas as miras dos rifles, os trilhos dos trens e os fios dos telégrafos para o oeste até o México, culminando na campanha que se encerrou nas guerras de 1848, quando foi definido o Estado da Califórnia. Até ali, definitivamente a direção não era externa.

Há que se tomar certo cuidado ao determinar o período inicial do expansionismo político e econômico estadunidense em direção ao sul, como paradigma de suas relações com a América Latina, à exceção relativa do caso mexicano, postado num período de transição e mudança do perfil de política externa dos EUA.

Para Octavio Paz (1914-1998), escritor²¹ e diplomata mexicano, tratava-se já de um fenômeno de expansão imperialista:

Os Estados Unidos (. . .) numa das guerras mais injustas da história, já em si negra, da expansão imperialista, arrebata-nos [do México] mais da metade do território.²² [o grifo é nosso]

A guerra Mexicano-Americana durou de 1846 a 1848 e teve como estopim a anexação do Texas, território do México, pelos EUA.

O conflito contudo deita raízes mais longínquas por se tratar de um desdobramento da expansão dos EUA, como dissemos, rumo ao oeste.

O fenômeno do expansionismo interno num contexto de política externa isolacionista, aparentemente antagônico, deve ser compreendido a partir de sua dimensão de “Destino Manifesto”²³, um tipo de cosmovisão que atribuía aos colonos nos EUA, na

²¹ Foi vencedor do Prêmio Nobel de Literatura em 1990.

²² PAZ, Octavio, op. cit. p. 113.

²³ O primeiro a utilizar o termo foi o jornalista nova-iorquino John L. O’Sullivan, na revista *Democratic Review*, no ensaio intitulado “*Annexation*”, de agosto de 1845 (texto disponível no sítio: <http://web.grinnell.edu/courses/HIS/f01/HIS202-01/Documents/OSullivan.html>) onde defendia a anexação

tradição dos “pais peregrinos” dos quais eram descendentes, a missão, ou o desígnio divino, de povoar o gigantesco continente, que na sua perspectiva punha-se com hostilidade frente à irresistível força do homem branco civilizador. Este foi o motor ideológico que movimentou a energia “desbravadora” rumo ao Oeste, na ação que aniquilou povos indígenas inteiros, aniquilou 70 milhões de búfalos (por pouco não os levou à extinção), e culminou no conflito armado mexicano-americano.

Entre as décadas de 1820 a 1840 cerca de 4 milhões de colonos penetraram o oeste em direção à bacia do Mississippi-Missouri, vindos do leste. Somente nesses vinte anos o território dos EUA foram ampliados em 60%, o que significava um território adicional de quase 4 milhões de km².

O movimento levou à transposição do Mississippi e a uma penetração ainda maior nos territórios que dali por diante pertenciam ao México, contudo numa região de imensos vales e planícies onde a presença do Estado mexicano, governado pelo general Antonio López Santa Anna²⁴ (1794-1876), era rarefeita: o Texas.

Havia em curso uma crise civil que se desdobrou em conflito armado, opondo os colonos texanos, liderados pelo militar estadunidense Samuel Houston (1793-1863), contra o governo mexicano. Rapidamente os colonos tiveram apoio dos EUA e deflagraram uma guerra local em 1836, tendo como pretexto o decreto que abolia a escravidão nas terras mexicanas.

Dez anos depois tinha início a guerra de anexação do Texas.

Até ali a população na região ocupada já havia aumentado de 5 milhões de habitantes, registrados no censo de 1800, para 23 milhões em 1850; e nisso consistiu o argumento central dos EUA para deflagrar a guerra.

O resultado foi catastrófico para o México. Mutilado em metade de seu território, perdeu praticamente todo seu norte original, hoje correspondente aos Estados da Califórnia, Nevada, Texas, Utah, Novo México e parte dos Estados do Arizona e do Colorado.

Para os EUA a vitória representava a anexação de territórios que constituíam áreas superiores à maioria dos estados europeus, transformando-os em um império transcontinental.

Quanto à mudança de seu perfil de política externa, do isolacionismo para uma perspectiva internacionalizante, se deu por meio de outra guerra, esta dentro das fronteiras dos próprios EUA, travada entre os seus.

do Texas pelos EUA: “Nosso destino manifesto atribuído pela Providência Divina para cobrir o continente para o livre desenvolvimento de nossa raça que se multiplica aos milhões anualmente.” O Destino Manifesto portanto expressa a crença de que o povo dos EUA teria sido eleito por Deus para liderar o mundo, e que portanto a sua expansão seria, além do cumprimento desse desígnio divino, uma tarefa manifesta e inevitável. Tornou-se doutrina política durante a segunda metade da década de 1840, incluindo a compra de Gasden e do Alaska no expansionismo que tinha como direção o norte. Caiu em desuso em 1850 e foi retomada em 1880 para legitimar dessa vez o expansionismo para além das fronteiras dos EUA. Como ideologia, uma crítica via de regra externa aos círculos acadêmicos atribui a doutrina como o motriz do que chamam de “imperialismo norte-americano”.

²⁴ Antonio de Padua María Severino López de Santa Anna y Pérez de Lebrón governou o México de 1841 a 1842.

A Guerra Civil Americana²⁵ (1861-1865), que custou aos EUA 3% de sua população²⁶, culminou na vitória de uma política industrialista, de um projeto modernizador e de uma clara perspectiva de internacionalização.

A vitória nortista impunha um modelo econômico modernizador e que colocava a América Latina em perspectiva, enquanto a Europa se ocupava do neocolonialismo no norte e centro da África e sul-sudeste da Ásia. Os interesses espacialmente distintos não puseram fim às relações comerciais entre EUA e Europa, mas provocaram um relevante isolamento dos EUA em relação ao Velho Mundo, o que não se repetiu em relação ao Novo.

Sobre esse novo perfil, para Octavio Paz, “com efeito: os Estados Unidos são, na história do século XIX, uma novidade mundial, uma sociedade que cresce e se expande naturalmente”²⁷. Frente a esta “novidade” então, no que consistiu também uma drástica mudança no perfil das relações entre EUA e América Latina, reconfigurou-se também o fenômeno identitário.

A re-orientação da política externa dos EUA deu novo sentido à doutrina Monroe, até então uma “declaração política do poder executivo”²⁸, que passava a orientar suas relações frente ao imperialismo europeu.

A nova política foi posta à prova com a invasão do México pelo Segundo Império Francês de Napoleão III e por tropas do Reino Unido (apoiados pela Espanha), em represália à suspensão do pagamento de juros relativos a dívidas contraídas por meio de empréstimos.

A intervenção iniciada em 8 de dezembro de 1861 terminaria apenas em 1867 com o fuzilamento de Maximiliano. A ocorrência sugere que os EUA, até 1865 envolvidos com sua própria guerra civil, permitiram a instauração de uma monarquia europeia há poucos quilômetros de sua fronteira; demonstrando a fragilidade da jovem doutrina.

O mesmo pode-se dizer sobre a guerra de independência da ilha de Santo Domingo contra a Espanha, que se estendeu de 1863 a 1865.

A nova orientação da doutrina culminou na interferência dos EUA nos assuntos latino-americanos ainda na existência das últimas colônias espanholas. Algumas delas foram assistidas de perto pelos intelectuais que se debruçaram sobre a questão identitária; é o caso do poeta José Martí e das guerras que sangraram a independência de Cuba, selando-lhe um penoso destino.

O relacionamento que Cuba manteve com os EUA, enquanto ainda era colônia da Espanha, constituiu o principal fator externo de demora da irrupção do movimento de independência na ilha. Por meio do comércio triangular mantido entre Cuba, EUA e

²⁵ Consistiu no conflito armado que opôs os 11 Estados do Sul latifundiário, aristocrata e escravista contra os Estados do Norte industrializado e abolicionista.

²⁶ Nenhuma guerra causou mais mortes nos EUA do que a Guerra de Secessão, estimadas em 970 mil, dos quais 620 mil eram soldados.

²⁷ PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão e Post-Scriptum*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 110.

²⁸ O diagnóstico é de Samuel Flagg Bemis, então professor de História Diplomática na Universidade de Yale, in: *La política internacional de los Estados Unidos*. Lancaster: Lancaster Press, 1939, p. 113.

Espanha, e por sua vez entre uma elite *crioja* e a burguesia estadunidense, distencionaram-se as hostilidades com a metrópole europeia.

A burguesia cubana não poupou esforços para mobilizar todos os instrumentos no sentido de manipular o processo de independência em razão do comércio mantido com os EUA, pela manutenção do *status quo*.

Ainda no caso cubano precedeu a sua libertação um intenso debate em relação ao destino político que deveria ser tomado a partir da independência. A possibilidade de Cuba ser anexada aos EUA, na segunda metade do século XIX, gerou grande disputa interna quanto ao modelo político que seria implantado no país após a expulsão dos espanhóis. Havia duas propostas relativas ao futuro político de Cuba: a autonomia ou a anexação aos EUA, com quem mantinha três séculos de relações comerciais e uma proximidade de apenas 140 km.

Em favor da anexação havia o discurso do militar venezuelano Narciso Lopes²⁹ (1798-1851); e em favor da autonomia o do sociólogo, historiador e economista cubano José Antonio Saco³⁰ (1797-1879); do escritor, poeta e político cubano Rafael Maria de Merchan³¹ (1844-1905) e José Martí.

A participação dos EUA na guerra de libertação de Cuba representou um marco fundamental para o início de seu expansionismo. Entre 1868 e 1878 já estava em curso a guerra de independência; porém os insurgentes acabaram sendo rapidamente derrotados pelas tropas espanholas. A segunda e decisiva fase da guerra foi declarada em abril de 1895 e, para Cuba, foi uma campanha muito mais simples em virtude das dificuldades políticas e econômicas que atravessa a Espanha.

Em 1897 os EUA entraram na guerra com efetivo humano e equipamentos numerosos, culminando na derrota da Espanha, que ao término do conflito foi obrigada a ceder Porto Rico e Filipinas aos EUA.

Mesmo após o fim da guerra os EUA não retiraram suas tropas de Cuba, garantindo pela força a manutenção dos privilégios comerciais cuja origem remontava, como vimos, ao comércio triangular.

Os interesses dos EUA em relação à América Latina foram evidenciados na emenda *Platt*, de 1901, anunciando um perigo iminente a Cuba e trazendo imediata incerteza ao seu futuro. Tratava-se de um dispositivo inserido em sua nova constituição, pela força persuasiva dos EUA, que autorizava o congresso americano a intervir na ilha, a

²⁹ Mártir e criador da Bandeira de Cuba foi, segundo o historiador Hugh Tomas, um intenso defensor da anexação de Cuba pelos EUA. Este anexionismo foi fortemente fomentado pelos interesses escravistas estadunidenses que se aproximaram de grupos separatistas cubanos (de Trinidad, dirigido pelo próprio López, de Havana e Camagüey, liderado por Salvador Cisneros Betancourt), culminando na organização de um Conselho Cubano em Nova York. Chegou a ser proposta pelo grupo, ao Presidente dos EUA, James Knox Polk (1795-1849), a compra de Cuba por 130 milhões de dólares, que deveriam ser pagos à Coroa Espanhola. López foi executado por alta traição em Havana, em 1 de setembro de 1851.

³⁰ Defendia o fim da escravidão e era fervorosamente contra a anexação de Cuba pelos EUA, o que foi expresso no conjunto de sua obra, em especial no livro “*Vagancia en Cuba*”, escrito em 1831.

³¹ Em 1874, exilado na Colômbia, foi delegado do Partido Revolucionario Cubano, tendo um papel fundamental no processo de independência da ilha. Escrevia energeticamente contra o projeto de anexação de Cuba pelos EUA.

partir de 1902, quando interesses de ambos os lados fossem ameaçados, fazendo de Cuba, na prática, uma espécie de “protetorado” dos EUA.

O interesse estadunidense em Cuba tinha um forte motriz econômico uma vez que cerca 80% de sua pauta de exportações era constituída pelo açúcar e 20% pelo tabaco, rum e frutas. Com as medidas intervencionistas 80% do açúcar produzido passou a ser vendido aos EUA, bem como 70% dos demais gêneros.

No período instituiu-se uma dependência de fato, reforçando os laços atados com os EUA ainda no período colonial e que seriam cortados por Cuba somente em 1959 com o triunfo da revolução castrista.

A ocorrência influenciou determinantemente o pensamento de José Martí, e por sua vez a leitura que passou a empreender do pensamento bolivariano, que aparecem em sua obra, da mesma forma, na conclamação à unidade americana. O autor cubano teve como berço um país cuja independência vimos ocorrer tardiamente em função da realização sistemática do comércio triangular, extremamente rentável à sua burguesia e a partir do qual manipulou-se por décadas, como dissemos, o processo de independência.

O mesmo ímpeto contra o imperialismo europeu – conforme se deu no caso da independência cubana -, por parte dos EUA, não foi demonstrado na guerra do Pacífico, de 1879 a 1884, colocando à prova a validade da doutrina Monroe como paradigma de suas políticas em relação à seguridade continental, quando interesses comerciais estadunidenses não estavam diretamente envolvidos.

Sobre o conflito que opôs o Chile à Bolívia e Peru, que custou à Bolívia uma saída para o mar, venciam os interesses das empresas chilenas de capital britânico, ávidas pela anexação de regiões abundantes em minério. Desta forma, ainda que um conflito travado entre repúblicas latino-americanas, o imperialismo europeu vocalizava, por meio das armas chilenas, os interesses do capital europeu. E a doutrina, nesse caso, não funcionou.

Após as independências políticas o eixo da América liberta passou a ser o comércio internacional, fundamentalmente minérios e produtos agrícolas, momento em que os países recém-independentes passaram a sofrer influência direta dos EUA como seu principal mercado consumidor, junto de França e Inglaterra.

O período subsequente, de transição do século XIX para o XX, assistiu ainda ao pensamento americanista no debate a respeito da identidade latino-americana, em oposição mais intensa aos interesses fundamentalmente econômicos dos EUA.

No pensamento de José Enrique Rodó estão presentes os temores em relação à formação da identidade latino-americana, no contexto da modernização que marcou o período e da ascensão dos interesses estadunidenses na esfera econômica, com a consolidação de seu modelo industrial.

A questão central no pensamento de Rodó, catalisado em sua obra maior “Ariel”, de 1900, é a oposição entre a idealidade, traço característico da América Latina, e o utilitarismo, este associado aos EUA.

Quando mencionamos o processo de modernização no âmbito latino-americano reportamo-nos ao movimento migratório de origem européia, que provocou um espantoso crescimento demográfico em vários países da América Latina já no final do século XIX. A

esse ciclo modernizador devem ser associadas drásticas mudanças no âmbito econômico, político-ideológico e cultural.

Quanto à crítica de Rodó ao que definiu como utilitarismo, não se referia aí ao imigrante europeu, mas ao modelo norte-americano de modernização, que transportado para a América Latina não sofreu rejeição mas provocou estupefação, que por sua vez não levou a sua aplicação como modelo, mas ao que Canclini chamou de “promoção abstrata”, responsável pelo próprio fracasso do conceito liberal de nação na América Latina³².

Nesta América Latina estupefata, que se pretendia moderna, a superação das tradições indígenas, vistas aí como arcaicas, fazia parte do processo.

Negar as identidades indígenas deveria constituir políticas portanto de Estado modernizadores.

Quanto a oposição direta ao modelo modernizador dos EUA em relação à autonomia da América, devemos levar em consideração o contexto de composição da obra “Ariel”, ou seja, o quão recente estava do conflito hispano-americano e do posicionamento intervencionista dos EUA após o armistício, submetendo como vimos Porto Rico e Filipinas.

A procura ainda de sua identidade, como num “. . . labirinto de espelhos”³³ a América Latina, para Rodó, gravitava na órbita de um perigo infinitamente maior que a própria influência européia relacionada à imigração: o utilitarismo estadunidense.

Ao contrário, a imigração européia, associada à própria busca latino-americana em afirmar sua identidade, foi vista no “labirinto de espelhos” de forma positiva, e na leitura do pensamento rodoniano como uma forma de ampliar os horizontes dos povos da América com os adventos da modernidade.

Rodó atacava diretamente a estrutura política dos EUA e sua organização social, designando-os como modelos de “escravidão material”. Afirmava porém que mesmo escravo no utilitarismo podia-se salvar o indivíduo a partir de sua liberdade interior, e desta forma seria possível salvar a própria América Latina do espectro utilitário norte-americano.

O fenômeno do crescimento demográfico assistido nos EUA e tido como expressão do sucesso da sociedade moderna foi atacado também por Rodó, afirmando que aspectos meramente quantitativos atentavam contra o que chamou de “qualidade de vida”. A quantidade enaltecida no discurso norte-americano - utilizada como pretexto para a guerra contra o México meio século antes - seria o elemento frustrador da qualidade, e isso seria refletido no espírito humano como a luta de uma multidão de ignóbeis, em maior número, aniquilando pela força bruta do número o solitário idealista. Esta era a alegoria do embate social, na virada do século, elaborada por Rodó.

Desta forma, mesmo que dotado de “. . . maneiras superiores”³⁴, estaria condenado o idealista a ser subjugado pela força da massa, a democracia da “igualdade na

³² CANCLINI, Nestor Garcia. Op. Cit. p. 203.

³³ IANNI, Octavio. Citado por RODÓ, José Enríque. Op. cit. p. 11.

³⁴ RODÓ, José Enríque. Op. cit. p. 55.

mediocridade”, da tirania do número: o modelo de penetração cultural dos EUA segundo esta leitura.

Tratava-se do temor captado por Rodó em relação ao utilitarismo norte-americano e sua conquista moral sobre a América Latina, empreendida pelo estado de fascinação adotado frente a sua grandeza material. Este estado contemplativo poderia submeter seus portadores à adoção de seu modelo utilitário e materialista, valorados por Rodó como maneiras inferiores.

A concepção utilitária, como idéia do destino humano, e a igualdade na mediocridade, como norma de proporção social, compõem, intimamente relacionadas, à fórmula do que se convencionou chamar, na Europa, de espírito do americanismo. É impossível refletir sobre essas duas inspirações da conduta e da sociabilidade e compará-las às que lhes são opostas sem que tal associação traga com insistência à mente a imagem dessa democracia formidável e fecunda que, lá no Norte, ostenta as manifestações de sua prosperidade e poder, como uma prova fulgurante que depõe em favor da eficácia de suas instituições e da direção de suas idéias. Se foi possível dizer que o utilitarismo é o verbo do espírito inglês, os Estados Unidos podem ser considerados a encarnação do verbo utilitário. E o Evangelho desse verbo se difunde por todas as partes em prol dos milagres materiais do triunfo. Em relação a ele, já não se pode qualificar plenamente a América Latina de terra de gentios. A poderosa federação vem realizando entre nós uma espécie de conquista moral. A admiração por sua grandeza e força é um sentimento que avança a passos largos no espírito de nossos homens dirigentes e, talvez ainda mais, no das multidões, que se sentem fascinadas com a impressão da vitória.³⁵

Rodó afirmava ainda que

A oposição entre o regime da democracia e a alta vida do espírito é uma realidade fatal quando esse regime significa o desconhecimento das desigualdades legítimas e a substituição da fé no heroísmo – na acepção de Carlyle – por uma concepção mecânica de governo. Tudo o que, na civilização, não se reduz a um elemento de superioridade material e prosperidade econômica adquire um relevo que não tarda a ser aparado, quando a autoridade moral pertence à mediocridade. Na ausência da barbárie irruptiva que lança suas hordas sobre os faróis luminosos da civilização, com heróica e por vezes regeneradora grandeza, a alta cultura das sociedades deve se precaver contra a obra mansa e dissolvente dessas outras hordas inevitáveis da vulgaridade (. . .) Sendo a indiferença inabalável e a superioridade quantitativa as manifestações normais de sua força, nem por isso serão incapazes de chegar à ira épica e de ceder aos impulsos da combatividade. Charles Morice, então, qualifica-as de “falanges de Prudhommes ferozes que têm por lema a palavra Mediocridade e marcham animadas pelo ódio ao extraordinário”.

Alçados ao topo, esses Prudhommes farão de sua vontade triunfante uma caçada organizada contra tudo o que manifeste a capacidade e a ousadia do vôo. Sua fórmula social será uma democracia que conduza à consagração do pontífice “Um Qualquer” e à coroação do monarca “Um dentre Tantos”.³⁶

³⁵ Ibid. p. 69.

³⁶ RODÓ, José Enríque. Op. cit. pp. 55-57.

Rodó fazia aí menção ao processo de consolidação do utilitarismo nos EUA ao passo de sua prosperidade material, contrapondo-se à miséria dos países latino-americanos e gerando como produto desse choque de realidades díspares um estado contemplativo que dava rapidamente lugar ao desejo de propagação de seu modelo, como uma espécie de “magistério romano”, no que de fato consolidou uma “conquista moral” da América.

Os EUA eram apontados portanto como aspirantes ao “primado da cultura universal”, cujo monopólio lhes garantiria forjar uma civilização inteira, pretensa a prevalecer e subjugar toda e qualquer resistência ideológica.

Para Nestor Garcia Canclini o vazio utilitário consistiria na perda de sentidos rituais, substituídos pelo mero ritual prático, o “rito sem mitos”, produto da sociedade capitalista³⁷. Podemos então identificar que a virada do século, com a conformação da influência cultural estadunidense, assistiu a este processo de transição, de esvaziamento de sentidos, apontando para a consolidação do utilitarismo.

No âmbito da política externa a doutrina Monroe chegava ao fim de uma fase, fundamentalmente após a intervenção estadunidense no Panamá, em 1903: a primeira de uma série de intervenções dos EUA no Caribe que se estenderam pelo menos até 1915 com a invasão do Haiti.

A mudança no perfil político tinha nome: Theodore Roosevelt³⁸ (1858-1919), o 26º presidente dos EUA; bem como sua política externa, batizada pouco sutilmente de “Big Stick”, cujo lema consistia em: “Speak softly and carry a big stick”.

Se coadunar esta política à doutrina Monroe constituía um problema, o “Corolário Roosevelt” deveria solucioná-lo. Em suas próprias palavras o corolário expressava que

. . . aquellos que disfrutan de los beneficios de la doctrina Monroe deben aceptar ciertas responsabilidades junto con los derechos que ella confiere; y que la misma proposición se aplica a aquellos que sostienen la doctrina. Es preciso repetir a menudo y muy enfáticamente que los Estados Unidos no tienen el menor deseo de expansión territorial a costa de ninguno de sus vecinos del sur, y que no harán de la doctrina Monroe un pretexto para tal expansión . . . La justificación de los Estados Unidos al tomar esta carga e incurrir en esta responsabilidad está en el hecho de que es incompatible con la equidad internacional que los Estados Unidos rehusen permitir a otras potencias recurrir al único medio que disponen para satisfacer las reclamaciones de sus nacionales acreedores, y sin embargo rehusen emplear ellos mismos medios análogos para hacerlas satisfacer.³⁹

O corolário Roosevelt da doutrina Monroe estipulava, desta forma, que suas responsabilidades em proteger as repúblicas americanas deveriam ser compensadas pela manutenção de um “bom comportamento” por parte dessas repúblicas. Essa investidura se deu mais incisivamente nos países caribenhos.

Essa nova orientação de política externa, que significava o fim de um longo século de isolacionismo, acarretou numa nova leitura da doutrina Monroe, feita no Novo Mundo

³⁷ Op. Cit. p. 48.

³⁸ Exerceu dois mandatos de 1906 a 1909.

³⁹ Citado por BEMIS, Samuel Flagg. Op. cit. p. 118 e 199.

e dada pela violenta guinada intervencionista das políticas estadunidenses, recebendo, segundo Samuel Flagg Bemis, a fecho de que

. . . mientras pretendia mantener el Nuevo Mundo libre de la intervención imperialista europea, se reservaba para sí el derecho exclusivo de intervención.⁴⁰

É fruto desta nova política a construção e o controle, pelos EUA, sobre o canal de 82 km que liga o Oceano Atlântico ao Pacífico, cortando o istmo do Panamá, que impôs um custo altíssimo à soberania do continente frente aos interesses militares e econômicos dos EUA, advogados por Theodore Roosevelt.

A negativa do Senado colombiano em ratificar o “Tratado de Hay-Herran”, em 1903, foi o estopim para o apoio que os EUA dariam aos rebeldes panamenhos em seu processo separatista. A independência proclamada em 3 de novembro daquele ano foi assegurada pelo encouraçado “U.S.S. Nashville”, que impediu de fato qualquer interferência colombiana enquanto oficialmente realizava apenas “exercícios de treinamento”. No cômputo final deve-se somar ainda a quantia de dez milhões de dólares, pagos pelo governo de Roosevelt pelo controle do canal, mais todos os benefícios advindos do controle, e subtrair a quantia 25 milhões de dólares pagos pelos EUA, em 1921, ao governo da Colômbia, a título de indenização.

A intervenção foi ainda responsável pela atribuição, aos EUA, da denominação de “Colosso do Norte”.

De 1903 a 1904 a República Dominicana foi atacada e invadida por tropas dos EUA, sob as ordens de Theodore Roosevelt – que dois anos depois receberia o Premio Nobel da Paz (!). A operação oficialmente tinha a finalidade de promover a segurança dos estrangeiros durante o processo revolucionário ali em curso. Havia também o imperativo do endividamento das finanças da república frente ao capital estadunidense, e o risco de potências européias aproveitarem a instabilidade política e invadirem o país. Este argumento, largamente utilizado pelo governo dos EUA utilizava como exemplo o que havia ocorrido um ano antes na Venezuela, quando Alemanha e Inglaterra (apoiados pela Itália) atacaram embarcações e bombardearam o território venezuelano. De concreto, além de estrangeiros e da ameaça imperialista européia, havia substanciais interesses do capital estadunidense sob risco de expropriação.

Às investidas imperialistas houve não só uma adequação da condição identitária, mas esta pôde de fato se solidificar como um movimento político em resposta; e isso se deu a poucas milhas do império.

O novo século foi inaugurado, na América Latina, pelo acontecimento da Revolução Mexicana de 1910, que catalisou parte significativa do sentimento de resistência à dominação política e cultural estrangeira e a exaltação ao nativismo.

A identidade era buscada no passado, mas por conta de um inimigo comum no presente.

⁴⁰ BEMIS, Samuel Flagg. Op. cit. p. 114.

À interferência dos EUA em repúblicas soberanas era oposta uma intensa vontade popular que, no caso do México, recorria às heranças astecas para tentar afirmar uma identidade que seria formulada no ideário de uma “raça cósmica”⁴¹, onde a lacuna de identidade ainda era evidente.

Contudo o fenômeno não era exclusivo à América Latina. Não se pode dissociar o movimento anunciado no México revolucionário do contexto internacional assistido no mesmo período, como o caso das revoluções dos Jovens Turcos⁴² e dos Jovens Chineses⁴³, e ainda, do fato de a reivindicação dos revolucionários mexicanos, “*tierra y libertad*” coincidir com o lema russo “*zemlya i volya*”, de 1870⁴⁴.

O mesmo padrão revolucionário, exaltador de uma nacionalidade que se enxergava no resgate de tradições nativas e na resistência à dominação estrangeira, se espalhou para África e Ásia em seguida, provando tratar-se a América Latina de parte já integrada a um ciclo sistêmico revolucionário, de contestação às ordens hegemônicas estabelecidas nas relações internacionais.

No caso mexicano defendeu-se a nacionalização de empresas estrangeiras, em grande parte estadunidenses, a redistribuição de terras e a criação de escolas rurais, com a finalidade de levar educação a camponeses analfabetos.

O caráter nacionalista e socialista da Revolução Mexicana foi evidenciado na Constituição de 1917, sob a presidência de Venustiano Carranza Garza⁴⁵ (1859-1920). Por outro lado, amargou-se um longo período de controvérsias entre os governos do México e dos EUA, pois o anseio de dignidade e soberania mexicano se chocava com os interesses já hegemônicos estadunidenses.

A exemplo da intervenção no Panamá, em 1903, em 1912 a Nicarágua sofreria uma das ações de controle de caráter mais imperial engendradas até ali pelos EUA, para garantir a posse de outro canal interoceânico, que ali seria construído.

Pelo fato de os liberais na Nicarágua terem se recusado a aceitar um empréstimo dos EUA, cujas condições para concessão passavam pelo controle financeiro do país, sob as ordens do presidente William Howard Taft⁴⁶ (1857-1930) fuzileiros navais depuseram o

⁴¹ O termo apareceria somente em 1925 com a publicação do livro de mesmo nome, de José Vasconcelos (utilizamos a edição em espanhol: *La Raza Cósmica: Misión de la raza Iberoamericana*, Argentina y Brasil. México: Espasa-Calpe Mexicana, 1948).

⁴² A Revolução Kemalista ou a revolta dos Jovens Turcos eclodiu em 1908 e foi concluída somente pela revolução de Kemal Atatürk, de 1919 a 1923. Está inserida portanto no processo que levou à independência turca (*Kurtuluş Savaşı*), mesmo conjunto de eventos militares e políticos que, partindo da dissolução do Império Otomano, aboliu-o em 1922 criando a República da Turquia em 1923, reconhecida internacionalmente pelo tratado de Lausanne.

⁴³ Na Ásia a Revolução dos Jovens Comunistas, de 1911, carreou a Revolução Chinesa liderada pelo nacionalista Sun Yat Sen (1866-1825), sendo concluída em 1949 por Mao Tse Tung (1893-1976).

⁴⁴ Hans Kohn nos alerta para essas associações in: *A era do nacionalismo*. Rio de Janeiro / São Paulo: Fundo de Cultura, 1962, p. 113.

⁴⁵ Um dos mais importantes líderes da Revolução Mexicana, assumiu a presidência em 1915, introduzindo um poder judicial independente, aumentando a descentralização do poder e iniciando uma reforma agrária baseada no sistema de *ejidos*. Tornou-se o primeiro presidente do México eleito sob o novo regime constitucional de 1917.

⁴⁶ Exerceu mandato de 1909 a 1913.

ditador Jose Santos Zelaya e empossaram Adolfo Díaz⁴⁷ (1875-1964). O novo presidente não só concordou com o empréstimo como deu em garantia de pagamento, além do controle sobre a construção do canal, as receitas alfandegárias nacionais. À intervenção militar seguiu-se a dominação econômica com a nomeação, pelos banqueiros de Nova York (ratificada pelo Departamento de Estado dos EUA), de um administrador-geral aduaneiro estadunidense.

Mais uma vez os “interesses de norte-americanos” e a proteção à “vida de estrangeiros” seriam invocados para legitimar uma intervenção militar, desta vez no Haiti, ultimada em 18 de julho de 1915, na ocupação que duraria 19 anos.

As incertezas decorrentes de uma assimétrica relação de forças entre EUA e países latino-americanos, que opunha interesses do hegemona aos seus subordinados pela força das armas, marcou como vimos o início do século XX.

A sociedade industrial, estupefata com a modernidade e a gama de possibilidades advindas das novas relações de produção, atônita com a possibilidade de concretização do sonho socialista, tomaria os dois maiores golpes da primeira metade do século: as duas guerras mundiais.

As assimetrias em tempos de guerra seriam diferentemente gerenciadas, bem como as políticas de integração continental e as políticas culturais estadunidenses para a América Latina. Mas todas elas ficaram-se no mesmo pressuposto: a ausência de uma identidade superestrutural latino-americana, e uma perene busca por ela.

Conclusões

José Martí e Domingo Faustino Sarmiento trabalharam talvez a questão mais consistente no pensamento americanista: a identidade latino-americana, cujo processo de formação como vimos passou obrigatoriamente por “inimigos comuns”, inicialmente as metrópoles europeias e posteriormente os EUA. A mudança desse paradigma hegemônico se relaciona com a própria transição de uma hegemonia mundial britânica para a estadunidense, segundo o economista neoclássico italiano Giovanni Arrighi⁴⁸ (1937-) assistida entre o final do séc. XIX e início do XX⁴⁹.

Nesse sentido percebemos que o processo de formação de uma identidade latino-americana se relaciona à constituição da hegemonia mundial estadunidense, e percebemos no conjunto de autores aqui trabalhados que não se pode conceber essa identidade de forma natural, trata-se de uma construção histórica.

O que podemos conceber como identidade, nesse sentido, advém da necessidade de seu estabelecimento após a libertação da América Espanhola do jugo dos colonizadores e

⁴⁷ Exerceu dois mandatos presidenciais: de 1911 a 1917 e de 1926 a 1929.

⁴⁸ Doutor em Economia e Catedrático de Sociologia em SUNY-Binghamton (EUA); é professor de Sociologia e Gerente do Instituto para Estudos Globais em Cultura, Poder e História para a “Johns Hopkins University”.

⁴⁹ ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, s/d, p. 13.

do perigo de uma re-colonização econômica e política por parte dos EUA. Este acabou sendo o motriz da construção identitária latino-americana.

Os autores que analisamos fizeram a leitura do pensamento bolivariano, do pressuposto da existência de uma identidade latino-americana, como uma espécie de “espírito comum”, que precisaria ser solidificado em ação política e que, portanto, haveria uma unidade política possível para a América, já que havia uma no âmbito “espiritual”. No caso de Martí e Sarmiento, fizeram suas leituras a partir de períodos históricos distintos e realidades geográficas igualmente díspares.

Ambas as leituras contudo foram não só atuais como acertadas para dois locais e tempos distintos exatamente porque trataram de uma idéia matriz comum: a identidade supranacional latino-americana. Isso se explica não por sua existência, mas como vimos pela necessidade de seu estabelecimento em resposta às políticas hegemônicas dos EUA, o que denuncia sua inexistência de fato como fenômeno uno para o que na realidade constitui uma complexa cadeia de relações identitárias, no gigantismo hemisférico do extremo ocidente.

Implica em dizer o óbvio: que não há uma identidade una para uma legião de almas com realidades e destinos tão díspares, da Patagônia à fronteira mexicano-americana.

Motivo pelo qual os projetos unitários fracassaram quando a etérea identidade tentou ser convertida em unidade política.

As identidades projetadas tanto na resistência quanto na estupefação diante do imperialismo cultural e da modernidade *yankee* conformou-se em práticas tradicionais, transmitidas como bens simbólicos sobre os quais não se precisava discutir. Nos termos propostos por Canclini para se referir ao próprio processo de construção de identidades nacionais como simulacros de realidades sociais⁵⁰, encontraram na literatura analisada formas de preservação, restauração e difusão, já solidificadas como patrimônios imateriais dessa simulação social, engessando-se como consenso coletivo na impossibilidade de reflexão sobre as contradições inerentes a essas construções, vistas como “edifícios naturais”.

Tanto é que a tradição que se quis resgatar ou superar foi tomada como inalterada desde os povos pré-colombianos, não na dinâmica de suas transformações e interações com a própria modernidade, que ou foi criticada ou foi toscamente imitada.

Re-visitando o “labirinto de espelhos”, olhando mais uma vez para o “espelho de Próspero”, a imagem refletida toma forma e o reflexo latino-americano é visto como “o outro”: a distorcida imagem de um *yankee*. Mas se trata dele mesmo movendo-se entre diferentes sistemas culturais que coexistem mas que se relacionam determinados por relações de força, nas quais prevalece o *yankee* numa relação de imperialismo cultural.

São as transculturações, mais do que a definição de hibridismo, que comportam essas relações assimétricas, determinando que sequer a cultura imperialista segue inalterada pelo contato.

⁵⁰ CANCLINI, Nestor Garcia. Op. Cit. p. 160.

Mas no conceito de culturas híbridas de Canclini as relações de poder também são percebidas, mas as zonas de contato não são assim nominadas, aparecem como “palcos de luta”:

As interações entre hegemônicos e subalternos são palcos de luta, mas também onde uns e outros dramatizam as experiências da alteridade e do reconhecimento. O confronto é um modo de encenar a desigualdade (embate para defender a especificidade) e a diferença (pensar em si mesmo através daquele que desafia).⁵¹

A identidade superestrutural latino-americana pode ser pensada então apenas a partir do estabelecimento inimigos comuns?

Primeiro o imperialismo europeu e depois os EUA foram fundamentais nessa construção identitária, num sistema onde a adição da resistência ao estado de contemplação resultou no aprofundamento do desenraizamento identitário com a importação de modelos culturais exógenos e com a construção de outra identidade com a exaltação nativista símbolo de resistência, que tomava as identidades indígenas como inalteradas pelas dinâmicas sociais e pela própria modernidade.

Nesse conjunto de tensões qual delas prevaleceu ou prevalece?

Ambas. A América Latina constitui inúmeras zonas de contato, *locus* não só de assédio e resistência, mas de troca, negociação e intercâmbio, dados de forma assimétrica e baseados em relações de força, mas que alteram substancialmente não só as culturas subalternas ou marginais, mas as do próprio império.

Caminhamos ainda no mesmo labirinto de espelhos que nossos antepassados, no percurso ainda de um processo histórico inacabado, seguindo os mortos, em busca de nós mesmos.

E somos nós, que somos também o outro; e o outro, que carrega muito do que nos é característico.

Bibliografia

ABELLÁN, J.L. *La idea de América: Origen y evolución*. Madrid: Ediciones ISTMO, 1972.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, s/d.

BEMIS, Samuel Flagg. *La política internacional de los Estados Unidos*. Lancaster: Lancaster Press, 1939.

_____. *The Latin-American policy of the United States: An historical interpretation*. New York: Norton Library, 1967.

⁵¹ CANCLINI, Nestor Garcia. Op. Cit. p. 279.

- BEYHAUT, Hélène y Gustavo. *América Latina: De la independencia a la segunda guerra mundial* (Historia Universal, siglo veintiuno). México, Madri, Buenos Aires, Bogotá: Siglo Veintiuno, 1985.
- BEYHOUT, Gustavo. *Raíces contemporáneas de America Latina*. Buenos Aires: Eudeba, 1962.
- BOERSNER, Demetrio. *Relaciones internacionales de America Latina*. México: Nueva Imagem, 1982.
- BRADBURY, Malcolm; HOWARD, Tedmperley. *Introdução aos estudos americanos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, s/d.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- CASANOVA, Pablo Gonzáles. *América Latina: História de meio século*. Brasília, Distrito Federal: Editora UnB, 1988.
- CONNEL-SMITH, Gordon. *El sistema interamericano*. México: Fondo de cultura económica, 1971.
- _____. *The United States and Latin America: An historical analysis of Inter-American Relations*. London: Heinemann, 1974.
- COTLER, Julio C. *Relaciones políticas entre América Latina y Estados Unidos*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974.
- _____; FAGEN, Richard R. *Latin America and the United States: The changing political realities*. Stanford, Calif: Stanford University Press, 1974.
- CURTI, Merle. *El desarrollo del pensamiento norteamericano*. Buenos Aires: Ediciones Zamora, s/d.
- FRANK, Gary. *Struggle for hegemony in South America*. S.n.t.
- GIL, Federico. *Latin-America – United States Relations*. Nova Iorque: HBJ, 1971.
- IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- JAMES, Leonard F. *American foreign policy*. Illinois: Scott, Foresman and Company, 1967.
- JOSEPH, Gilbert M. "Encuentros cercanos: Hacia una nueva historia cultural de las relaciones entre Estados Unidos y América Latina". in: SALVATORE, Ricardo (org.). *Culturas imperiales: Experiencia y representación en América, Asia y Africa*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2005.
- KOHN, Hans. *A era do nacionalismo*. Rio de Janeiro / São Paulo: Fundo de Cultura, 1962.
- LINK, Arthur S. *História moderna dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- LIPPMANN, Walter. *A política exterior dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Atlantica, 1944.

- LOWENTHAL, Abraham. *La convivencia imperfecta: Los Estados Unidos y America Latina*. México: Nueva Imagem, 1989.
- MARTÍ, José. *Nossa América: (antologia)*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero: cultura e idéia nas Américas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- ORTEGA, Victor Hugo Acuña. *Historia general de Centroamerica: Las repúblicas agroexportadoras (1870-1945)*. S/I: Sociedad Estatal Quinto Centenario / Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, s/d.
- PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão e Post-Scriptum*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PEREYRA, Carlos. *El mito de Monroe*. Buenos Aires: Ediciones El Buho, 1959.
- PRADO, Luiz Fernando Silva. *História contemporânea da América Latina (1930-1960)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. *Las Américas y la Civilización*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1969.
- RIPPY, J. Fred. *Latin America: A modern history*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1958.
- RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Montevideo: Colombino Hnos., 1947.
- ROGER, William. “The United States and Latin America”; in: *Foreign Affairs*, n. 3, 1985.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Oriente: Introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1992.
- SAN MARTIN, Rafael. *Biografia del Tio Sam*. Buenos Aires / Barcelona: Argonauta, 1988.
- SANCHEZ, Luis Alberto. *Existe América Latina? Pánoco: Fondo de Cultura Economica*, 1963.
- SANCHEZ-BARBA, Mario Hernandez. *Historia universal de América (2 volumes)*. Madrid: Ediciones Guadarrama, s/d.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo civilizacion i barbarie en las pampas Argentinas*. Paris : Hachette, 1874.
- SHAKESPEARE, William. *A tempestade: peça em 5 atos*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965.
- TOMASSINI, Luciano. *Las relaciones internacionales de la America Latina*. México: Fondo de Cultura Economica, 1981.
- TRACHTENBERG, Alan. *The Incorporation of America*. Nova York: Hill and Wang, 1980.
- Tres documentos de nuestra América (Colección Pensamiento de nuestra América)*. Ciudad de la Habana: Casa de las Américas, 1979.
- VASCONCELOS, José. *La Raza Cosmica: Misión de la raza Iberoamericana, Argentina y Brasil*. México: Espasa-Calpe Mexicana, 1948.

WEINBERG, Albert K. *Destino Manifesto*: El Expansionismo en la historia norteamericana. Buenos Aires: Paidós, 1968.